



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TAQUARITINGA DO NORTE - PE, INACIO CARDOSO DA SILVA NETO

Nome: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TAQUARITINGA DO NORTE - PE

Endereço: Gabriel Vieira, 173, Hotel Rota da Moda, TAQUARITINGA NORTE - PE - CEP: 55790-000

Nome: INACIO CARDOSO DA SILVA NETO

Endereço: 15 DE JANEIRO, 5, CENTRO, TAQUARITINGA NORTE - PE - CEP: 55790-000

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CARUARU, BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.

Nome: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CARUARU

Endereço: AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, S/N, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

Nome: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.

Endereço: 2ª TRAV JOSÉ MARTINS, 40, NOSSA SENHORA DAS DORES, CARUARU - PE - CEP: 55002-506

CERTIDÃO

CERTIFICO em face da obrigatoriedade do uso do Sistema Processo Judicial Eletrônico, conforme Resolução do CNJ nº 185, de 18/12/2013; Ato nº 319, de 14/03/2016-TJPE publicado em 15/03/2016 no DO 49/2016 e Instrução Normativa nº 22, de 24/10/2016, publicada em 25/10/2016, no DO nº 196, que estabelece a data de: 10/10/2016 para Implantação do PJE na Comarca de Taquaritinga do Norte e sua Obrigatoriedade a data de 09/11/2016, razão pela qual, protocolo os presentes autos:

Deprecante: Juízo de Direito da Vara única da comarca de Taquaritinga do Norte-PE

Deprecado: Juízo de Direito da Comarca de Caruaru-PE

Processo de Origem: 530383.2017.8.17.2480

Expediente:

Finalidade: Citação (1º ato)





12/03/2019

Número: **0005303-83.2017.8.17.2480**

Classe: **HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Taquaritinga do Norte**

Última distribuição : **19/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.606,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
INACIO CARDOSO DA SILVA NETO (REQUERENTE)		MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI (ADVOGADO)	
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (REQUERIDO)		WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
41879719	27/02/2019 12:06	Carta precatória	Carta precatória





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Vara Única da Comarca de Taquaritinga do Norte

AV. OTACÍLIO COELHO DA MATA, 690, Fórum Defensora Pública Marliete Aragão de Farias,
Centro, TAQUARITINGA NORTE - PE - CEP: 55790-000 - F:(81) 37332930

CARTA PRECATÓRIA

Processo nº 0005303-83.2017.8.17.2480

Deprecante: Juízo da Comarca de Taquaritinga do Norte-PE

Deprecado: Juízo de Direito da Comarca de Caruaru-PE

Partes:

AUTOR: INACIO CARDOSO DA SILVA NETO

RÉU: BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito do Juízo deprecado, solicito a V. Exa. as necessárias providências no sentido de que se proceda, sem maiores formalidades, a realização da(s) diligência(s) ora deprecada(s) nos termos e de acordo com a(s) peça(s) e documento(s) apresentado(s) que acompanha(m) esta, devidamente autenticado(s), que fica(m) fazendo parte integrante desta Carta. Encarece, ademais, a devolução da presente devidamente cumprida.

Finalidade: cite-se a parte ré para, querendo, apresentar resposta à inicial, no prazo de 15 dias úteis, sob pena de revelia.

Destinatário e local da diligência:

Requerido: BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., pessoa jurídica de direito privado, Seguradora Consorciada a Seguradora Líder DPVAT, inscrito no CNPJ n. 51.990.695/0001-37, situada na Travessa José Martins, n. 40, Centro, Caruaru – PE, CEP 55002-506.

Rogo especial atenção de V. Exa. para o cumprimento célere da medida ora solicitada.

Aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de estima e consideração.

TAQUARITINGA DO NORTE, 26 de Fevereiro de 2019.

Leonardo Batista Peixoto



Assinado eletronicamente por: LEONARDO BATISTA PEIXOTO - 27/02/2019 12:06:15
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022712061559400000041265744>
Número do documento: 19022712061559400000041265744

Num. 41879719 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: BETANIA MAGALY DE LIMA - 12/03/2019 11:36:27
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031211362791100000041641727>
Número do documento: 19031211362791100000041641727

Num. 42263518 - Pág. 2

Juiz(a) de Direito



Assinado eletronicamente por: LEONARDO BATISTA PEIXOTO - 27/02/2019 12:06:15
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022712061559400000041265744>
Número do documento: 19022712061559400000041265744

Num. 41879719 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: BETANIA MAGALY DE LIMA - 12/03/2019 11:36:27
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031211362791100000041641727>
Número do documento: 19031211362791100000041641727

Num. 42263518 - Pág. 3



12/03/2019

Número: **0005303-83.2017.8.17.2480**

Classe: **HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Taquaritinga do Norte**

Última distribuição : **19/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.606,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
INACIO CARDOSO DA SILVA NETO (REQUERENTE)			MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI (ADVOGADO)
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (REQUERIDO)			WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21695757	19/07/2017 18:45	Petição Inicial	Petição Inicial



EXMO.(A)SR.(A)DR.(A)JUIZ(A)DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU – PERNAMBUCO.

INACIO CARDOSO DA SILVA NETO

Brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº. 087.274.624-04, Portador(a) da Carteira de Identidade sob o número 8.269.895 SDS/PE, com endereço na Rua Quinze de Janeiro, nº.05, Centro, Taquaritinga do Norte/PE, CEP: 55192-036, vem, à presença de V. Exa., por sua advogada infra-assinada, com endereço profissional constante no instrumento procuratório em anexo, com endereço eletrônico: manoelatecc.adv@gmail.com, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT (PROCEDIMENTO COMUM)Art.318 NCPC.

BRDESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., pessoa jurídica de direito privado, Seguradora Consorciada a Seguradora Líder DPVAT, inscrito no CNPJ n. 51.990.695/0001-37, situada na Travessa José Martins, n. 40, Centro, Caruaru – PE, CEP 55002-506.

PRELIMNARMENTE

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente, a parte autora afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz em jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86.

DO REQUERIMENTO PRELIMINAR - DO CONVÊNIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Assinado eletronicamente por: MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI - 19/07/2017 18:44:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17071918450186700000021462318>
Número do documento: 17071918450186700000021462318

Num. 21695757 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: BETANIA MAGALY DE LIMA - 12/03/2019 11:36:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031211362797800000041641744>
Número do documento: 19031211362797800000041641744

Num. 42263535 - Pág. 2

Consoante se observará dos documentos carregados a inicial, pode-se verificar que não há nos autos Laudo capaz de atestar o grau de debilidade/incapacidade alegada. Razão pela qual, se pugna pela a realização de perícia médica, conforme já detalhado no rol de pedidos.

Em contra partida, considerando o acordo firmado entre o TJ/PE e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, por meio do Ofício de nº 005/2015, restou fixado o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), suportados pela parte Demandada, para a realização de Perícia Médica, através dos médicos conveniados.

Portanto em consonância com o acordo acima descrito, vem requerer e em sede, preliminar a nomeação do perito judicial, para a realização da perícia médica, onde poderá quantificar o grau da debilidade suportada pelo autor, enquadrando assim nos termos da lei que rege a matéria em discussão, dando celeridade ao deslinde da lide, como também a possibilidade de uma conciliação entre as partes.

DOS FATOS

01. No dia **06 de agosto de 2016**, a autora foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia médica, em anexos.

02. Sendo a autora, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea “b”. que dispõe:

“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)– no caso de invalidez permanente;

03. Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**, sendo paga a quantia de apenas **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**

04. No caso em tela, o laudo médico atesta **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO** e de acordo com a tabela instituída pela **Lei nº. 11945/2009**, *o percentual a ser pago é de 70% (setenta por cento). Ora, se 70% (setenta por cento) de R\$13.500,00(treze mil e quinhentos reais) equivale a R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), caberia ao autor*



Assinado eletronicamente por: MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI - 19/07/2017 18:44:58
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17071918450186700000021462318>
Número do documento: 17071918450186700000021462318

Num. 21695757 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: BETANIA MAGALY DE LIMA - 12/03/2019 11:36:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031211362797800000041641744>
Número do documento: 19031211362797800000041641744

Num. 42263535 - Pág. 3

receber ainda o complemento de **RS\$8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos)** equivalente aos 70% (setenta por cento) menos o valor recebido administrativamente.

DO DIREITO:

05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T. Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) **Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo de vítima de acidente** (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação. **Caso de morte causada apenas por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar**, considerado o disposto no art. 7., parags. 1. e 2. , da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se dá provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

06. No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte:

SÚMULA n. 229:O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão

SÚMULA n. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS. Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A



Assinado eletronicamente por: MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI - 19/07/2017 18:44:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17071918450186700000021462318>
Número do documento: 17071918450186700000021462318

Num. 21695757 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: BETANIA MAGALY DE LIMA - 12/03/2019 11:36:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031211362797800000041641744>
Número do documento: 19031211362797800000041641744

Num. 42263535 - Pág. 4

Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, **a**, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. **REsp 296.675-SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.**

07. Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- a) Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser a Autora pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;
- b) Que seja designada audiência conciliatória com a realização da perícia ou mediação na forma do previsto no inciso VII, do art. 319, do NCPC.
- c) A citação da Ré, sendo designada audiência devendo, a Requerida, apresentar resposta à presente ação, sob pena de revelia;
- d) Que seja, acolhido o pedido preliminar, qual seja, a submissão da parte Autora à realizar perícia médica, em que o perito credenciado, informe a este MM Juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento). Consoante aos procedimentos estabelecidos no **acordo firmado entre o TJ/PE e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, por meio do Ofício de nº 005/2015.**
- e) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao **COMPLEMENTO** da indenização, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$8.606,25 (oito mil seiscientos e seis reais e vinte e cinco centavos)** com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea “b”, da Lei n 6.194/74;



Assinado eletronicamente por: MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI - 19/07/2017 18:44:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17071918450186700000021462318>
Número do documento: 17071918450186700000021462318

Num. 21695757 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: BETANIA MAGALY DE LIMA - 12/03/2019 11:36:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031211362797800000041641744>
Número do documento: 19031211362797800000041641744

Num. 42263535 - Pág. 5

f) Condenar a Ré a pagar **honorários advocatícios** no importe de 20% (vinte por cento) sob o valor da causa.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial.

Dá-se à causa o valor de **R\$8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**

Pede e espera deferimento.

Recife, 06 de julho 2017.

MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI

OAB/PE 25.324



Assinado eletronicamente por: MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI - 19/07/2017 18:44:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17071918450186700000021462318>
Número do documento: 17071918450186700000021462318

Num. 21695757 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: BETANIA MAGALY DE LIMA - 12/03/2019 11:36:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031211362797800000041641744>
Número do documento: 19031211362797800000041641744

Num. 42263535 - Pág. 6